

Patrimonialismo pentecostal: novo patamar das relações entre religião e política no Brasil recente

Paulo Barrera Rivera*
Douglas Fidalgo**

Resumo

As relações entre evangélicos e política no Brasil estão marcadas, desde seu auge nos anos 80 do século XX, por explícito interesse desse setor religioso em impor à sociedade uma moral religiosa. O presente artigo analisa essa questão aproveitando o conceito de “patrimonialismo”. Argumenta-se que o amplo setor evangélico que apoiou a candidatura de Jair Bolsonaro entende ter chegado a hora dos evangélicos controlarem os destinos do país. Apoiar-se em registros oficiais e documentação pública sobre a prática política dos evangélicos e foca sua atenção nas eleições de 2018. Analisa a aliança política entre evangélicos conservadores e o projeto eleitoral direitista que saiu vitorioso nas eleições. Constata aspectos inéditos das relações entre religião e política no Brasil, com protagonismo especial das maiores igrejas pentecostais.

Palavras-chave: Patrimonialismo, Evangélicos, Brasil, Eleições, Pentecostalismo

Pentecostal “patrimonialism”: a new level of relationship between religion and policy in recent Brazil

Abstract

Relations between evangelicals and politics in Brazil have been marked, since their emergence in the 1980s, by the explicit interest of this religious sector to impose a religious morality on society. This article analyzes this issue taking advantage of the concept of “patrimonialism”. It is argued that the broad evangelical sector that supported Jair Bolsonaro’s candidacy understands that the time has come for evangelicals to control the country’s destiny. It relies on official records and public documentation on the political practice of evangelicals and focuses its attention on the 2018 elections. It analyzes the political alliance between conservative evangelicals and the right-wing electoral project that emerged victorious in the elections. It notes unprecedented aspects of the relationship between religion and politics in Brazil, with special participation of the largest Pentecostal churches.

Keyword: “Patrimonialism”, Evangelicals, Brazil, Elections, Pentecostalism

Patrimonialismo pentecostal: nuevo nivel de las relaciones entre religión y política en el Brasil reciente

Resumen

Las relaciones entre evangélicos y política en Brasil están marcadas, desde su auge en los años 80 del siglo XX, por un explícito interés de ese sector religioso en imponer a la sociedad una moral religiosa. El presente artículo analiza esa cuestión aprovechando

el concepto de “patrimonialismo”. Se argumenta que el amplio sector evangélico que apoyó la candidatura de Jair Bolsonaro entiende que ha llegado la hora de que los evangélicos controlen los destinos del país. El artículo se apoya en registros oficiales y documentación pública sobre la práctica política de los evangélicos y concentra su atención en las elecciones del 2018. Analiza la alianza política entre evangélicos conservadores y el proyecto electoral derechista que salió victorioso de las elecciones. Constata aspectos inéditos de las relaciones entre religión y política en el Brasil, con protagonismo especial de las más grandes iglesias pentecostales.

Palabras clave: Patrimonialismo, Evangélicos, Brasil, Elecciones, Pentecostalismo

As eleições nacionais de 2018 no Brasil mostraram um protagonismo eleitoral inédito por parte dos mais importantes grupos evangélicos, notadamente das maiores igrejas pentecostais. O resultado eleitoral representa um ponto climático dos anseios por controlar o poder político de parte do povo evangélico, se levamos em consideração o histórico de sua incursão na política desde o fim da ditadura nos anos oitenta. Na contramão do processo de consolidação de uma tradição democrática baseada em princípios cidadãos de igualdade que garantem o direito à diferença e prezam a diversidade, o pluralismo e a tolerância, o comportamento da maioria dos fiéis evangélicos nas últimas eleições leva a pensar que os mesmos preferem um vínculo forte com o poder político que lhes permita importantes cotas de poder de decisão sobre questões públicas, de modo a poder impor ao resto da sociedade, não evangélica, valores, princípios e costumes que são próprios desses grupos religiosos. Trata-se, por tanto, de uma prática que recua à compreensão “patrimonialista” da sociedade e que conflita com valores democráticos antes mencionados. Abordamos a questão proposta em três tópicos. O primeiro desenvolve a ideia de que com o sucesso eleitoral junto à candidatura vencedora os evangélicos encurtaram o longo caminho de tornar-se, primeiro, maioria na população para poder, logo, colocar na presidência um evangélico. O segundo analisa o conceito de “patrimonialismo”, de origem weberiana, e o explora para explicar a tendência dos evangélicos (apoiadores de Bolsonaro) a comportar-se no campo político público como se fossem os “donos do poder”. O terceiro discute as afinidades conservadoras entre o candidato Bolsonaro e seus apoiadores evangélicos a partir das mensagens de campanha do primeiro e os discursos e atos de apoio dos segundos.

1. Antecipando a “grande virada evangélica”

Em seus quase cento e dez anos de existência no Brasil, o pentecostalismo nunca esteve tão presente nos diferentes espaços da sociedade

e do poder político como nos dias atuais. Seus templos, desde pequenos salões e porta de garagens até suntuosas construções (como o Templo de Salomão em São Paulo), seus programas de rádio e TV, ou ainda o enorme mercado com os mais diferentes produtos “gospel” expressam a presença marcante dos evangélicos no Brasil¹ que nas últimas décadas sonham com chegar a ser uma maioria decisiva no país. Junta-se a esse sonho de poder o sucesso político da recente vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em representação de um projeto claramente conservador e claramente contrário à esquerda. Isto é, os evangélicos, que arduamente trabalhavam para se tornarem maioria quantitativa no país, conseguiram tornar-se hegemônicos pelo caminho mais curto de sua associação com o candidato de “ultradireita”. Dentro do campo evangélico, podemos constatar que o pentecostalismo marca sua presença de forma muito expressiva, na atual sociedade brasileira, junto ao poder político. Seus líderes mais notáveis gabam-se (não sem razão) de ter ajudado a eleger um presidente, que se, não se considera evangélico pentecostal, pelo menos se define como um “enviado de Deus” para essa missão². O slogan “Deus acima de todos!”, de Bolsonaro, concretizaria um grande projeto “messiânico” pentecostal brasileiro, ter um presidente da república “crente”. Mas, para usar o jargão popular, um crente “meia boca”, como veremos adiante. Pouco importa se graças a ele os evangélicos conseguem, pelo menos, importantes cotas de poder junto ao Executivo que lhe permita ter parte ativa nos destinos da nação.

O Brasil já teve um evangélico ocupando o mais importante posto da república, o então General Ernesto Geisel Beckmann³, nascido em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, no dia 3 de agosto de 1907, era filho do imigrante alemão Wilhelm August Geisel, e da brasileira filha de alemães Lydia Beckmann, que confessadamente eram luteranos (FAUSTO 1995; SKIDMORE 1998). Com uma carreira militar e política expressiva, o general no ano de 1974

¹ A título de exemplo apenas (em razão do grande número de trabalhos sobre o tema) cito duas teses defendidas ainda neste ano (2019): *Identidade Interorganizacional no cluster comercial de produtos evangélicos da cidade de São Paulo* (NETO 2019) e *Curtindo a presença de Deus: religião, lazer e consumo entre crentes e canções* (COSTA 2019). A primeira da área de Administração, a segunda da área de Ciências da Religião.

² Mensageiro da Paz, ano 88, nº 1604, jan. 2019, p. 4-5. A partir desse momento, iremos nos referir a este veículo oficial das Assembleias de Deus como MP.

³ FRESTON, Paul. *Protestante e Políticas no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*, (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), Campinas-SP: UNICAMP, 1993. O autor argumenta que Geisel era um “luterano não praticante”, e que ele não só entrara em conflito com os católicos, mas também com os próprios luteranos que nem mesmo o citavam como um “membro”, ou como ele mesmo menciona na “opinião dos protestantes é que o caso de Geisel – não conta” (p. 179).

foi escolhido pelo Colégio Eleitoral para assumir a presidência da república em lugar do então General Emílio Garrastazu Médici. Em meio ao Regime Militar, Geisel foi responsável pela denominada “*abertura lenta, gradual e segura*” (FAUSTO 1995, p. 490; SKIDMORE 1998, p. 259) da política brasileira e que marcaria de forma muito modesta a fase final da Ditadura Militar no Brasil. Porém ele nunca advogou para si a alcunha de “salvador da pátria”, uma vez que já era uma ideia (pelo menos as vésperas do Golpe de 64 até a chegada dos anos de 1970) seguramente idealizada pelos militares.

Seu governo “*combinou medidas liberalizantes com medidas repressivas*” (FAUSTO, 1995, p. 491) tendo o seu ápice de turbulência com o desaparecimento do sindicalista Fiel Filho (que mais tarde fora descoberta a sua morte) e do jornalista de TV Cultura Vladimir Herzog. Este último gerou uma massiva mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira contra a forma repressiva que o governo dos militares buscava manter o país, uma vez que a grande tarefa era subjugar aqueles entendidos como “subversivos”.

Como lembra o historiador Boris Fausto “*a missa celebrada na Praça da Sé por Dom Evaristo Arns, assistido por dois rabinos e um pastor protestante, foi um ato comovido de repulsa à violência*” (1995, 492) que o regime de então praticava sob a pretensa ameaça da invasão do comunismo no Brasil e a possível destruição dos valores da família tradicional⁴. Retomamos a questão adiante.

O término do governo Geisel ocorre com a tentativa de melhorar a economia que enfrentava uma crise com a decadência daquilo que ficou conhecido como o “Milagre Econômico”, o crescimento da dívida externa e o endividamento interno do país que se avolumava assustadoramente, devido à adoção de políticas intervencionistas nas principais estatais do país. Na política enfrentava uma turbulência com o crescimento do MDB⁵, manifestações

⁴ Vale lembrar a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” uma série de manifestações ocorridas entre 19 de março até 08 de junho de 1964, que tinha como bandeira principal o combate às medidas tidas como “comunistas” do governo de Jango. Uma frase do *Manifesto ao Povo do Brasil*, que afirmava: “O povo está cansado das mentiras e das promessas de reformas demagógicas. Reformas sim, nós a faremos, a começar pela reforma da nossa atitude. De hoje em diante os comunistas e seus aliados encontrarão o povo de pé. [...] Com Deus, pela Liberdade, marcharemos para a Salvação da Pátria!”. (Melito, Leandro. “Marcha da Família com Deus pela Liberdade pedia queda de Jango há 50 anos”. Disponível in: <http://www.abc.com.br/cidadania/2014/03/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-em-19-de-marco-de-1964-0>. Página acessada em 20 de junho de 2019).

⁵ A sigla faz referência ao Movimento Democrático Brasileiro, que no período da Ditadura Militar no Brasil era um dos dois partidos que poderiam operar na chamada legalidade, o outro era o ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Este partido, apesar de ser considerado oposição ao governo operava em um limite de permissão dos militares, o exemplo disso foi o Pacote de Abril de 1977 que além de ter colocado o Congresso

populares contra a postura violenta do regime; críticas surgiam de todas as partes, principalmente de algumas lideranças da Igreja Católica como da Comissão Pastoral da Terra (CPT) contra os abusos e a falta de uma política de reforma agrária e, por fim, as greves operárias do ABC, sob a liderança do presidente do sindicato Luis Inácio da Silva (Lula), que levou milhões de trabalhadores a reivindicar melhores condições de vida (FAUSTO 1995).

Certo é que os tempos são outros, os golpes militares orquestrados pelo governo dos Estados Unidos ficaram para trás e a conquista do poder político pela via do sufrágio tornou-se a norma; entretanto podemos verificar que muitas coisas parecem se repetir no atual cenário econômico, político e social brasileiro. Uma profunda crise econômica assombra a nação desde 2014, crise de credibilidade na classe política nacional (devido as mais diversas denúncias de corrupção e prática de “caixa dois”) e mundial, crise na sociedade em geral com o rompimento daquilo que é colocado pela cultura dominante como padrão de comportamento da família tradicional. No Brasil do século XXI novas minorias, até hoje ignoradas (índios, LGBT, entre outros), se organizam e reivindicam direitos políticos e sociais negados escancaradamente pela democracia liberar sustentada, supostamente, na igualdade cidadã. O Brasil se repete, mas sua repetição tem novos atores e atores reposicionados no cenário político. Entre eles podemos destacar os evangélicos (de missão e pentecostais) que desde os anos 80 do século passado foram ganhando protagonismo e tornando-se, aos poucos, o fiel da balança decisória para as eleições do ano de 2018, cujos resultados analisamos adiante. Representando na década de 1970 pouco mais de 4,9 milhões de habitantes ou 5,2% no país, os evangélicos, na sua maioria, estavam na marginalidade social, política e econômica. Porém não eram totalmente invisíveis ao cenário político da época, pois os evangélicos neste período já estavam se tornando “*em sustentáculo civil do regime*”⁶. Ainda

o regime procurou investir ao máximo possível nos protestantes: visitas de cortesia, empregos, convênio, nomeações para cargos importantes, convite para pastores cursar a Escola Superior de Guerra. (ROLIM, 1985 *apud* FRESTON, 1993, p. 158)

em recesso emendou a Constituição e baixou vários decretos-leis (FAUSTO, 1995; SKIDMORE, 1998).

⁶ Freston faz menção de pelo menos três casos de nomeações de governadores declaradamente protestantes pelo militares no período da Ditadura, mostrando a proximidade e importância que os militares davam aos grupos evangélicos brasileiros. (1993, p. 177-179).

Os evangélicos pentecostais mantinham um discurso de minoria, apolítico e de separação do “mundo”, entretanto no ano de 1982 com a abertura pluripartidária já davam um “*tímido prenúncio*” (FRESTON 1993, 208) de seu interesse por esse espaço. Mas,

a rápida expansão pentecostal, muitas vezes superior à das denominações históricas, colaborou para transformar o protestantismo brasileiro em uma religião de pobres, especialmente das massas migratórias recém-chegadas aos grandes centros urbanos. Religião de pobres e de ignorantes, “religião de gatinha” – era a visão das elites em relação às multidões de crentes. (CAVALCANTI 2002, p.193)

Essa visão estereotipada e preconceituosa dos evangélicos, em especial, dos pentecostais se manteve (e ainda se mantém) por vários anos e muitos demoraram a perceber o potencial eleitoral desse segmento social brasileiro. Precisamos ressaltar que, mesmo parecendo ter pouca expressividade numérica, ou mesmo importância decisória, os evangélicos já chamavam a atenção dos grupos políticos no Brasil. Porém, sua importância só seria reconhecida anos mais tarde, devido ao seu contínuo crescimento numérico e principalmente com a ocupação de espaços midiáticos no rádio e TV, que notabilizaram em parte o potencial eleitoral desse segmento sócio religioso.

Mas isso não quer dizer que os evangélicos estavam alheios ao meio político, pois já existiam políticos eleitos de igrejas protestantes históricas dentro desse espaço e que já se destacavam de alguma forma. Um bom exemplo é o medebista Iris Rezende⁷, membro da Igreja Cristã Evangélica de Campinas – ICEC – do Estado de Goiás, que fez carreira política neste estado, o qual chegou a ser governador por dois mandatos (1983-86 e 1991-94), senador da República (1995-2003) e atualmente é prefeito de Goiânia pela quarta vez (1965-69, 2004-2010, 2017 atual).

Seu maior destaque foi ser Ministro da Agricultura no governo Sarney (1986-90) que em meio às turbulências econômicas deste período se manteve até o final, tendo o seu ápice a disputa pela intenção de candidatura à presidência do Brasil, o qual recebeu o apoio do próprio presidente da época, José Sarney; sendo, porém, derrotado pelo deputado e líder da Constituinte de 1988 Ulisses Guimarães. Podemos ainda destacar que Iris Rezende foi

⁷ Informações de sua carreira política retiradas da página FGV CPDOC, site <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/iris-resende-machado>. Acesso: 18/06/2019.

presidente da CCJ (1995) e Ministro da Justiça (1997-1998) no governo de FHC, ou seja, alguém de muita visibilidade mesmo sendo evangélico. Outro destaque importante a se fazer, foi a escolha de sua mulher (também chamada Iris) como vice na candidatura do então peemedebista Orestes Quércia para as eleições presidenciais de 1994. Em matéria da Folha de São Paulo deste mesmo ano, consta a explicação de Quércia pela escolha de Iris (esposa) para a vaga de vice-presidente, segundo o jornal,

A escolha da ex-primeira-dama de Goiás, está longe de representar apenas uma homenagem do partido às mulheres.

No PMDB não há quem negue a aproximação do ex-governador de Goiás Iris Rezende com o senador José Sarney, que ameaça não subir no barco quercista. Rezende foi ministro da Agricultura no governo do ex-presidente (1985-1990). Iris, o marido, também tem boa relação com o senador Pedro Simom (RS), uma das lideranças do partido que se opõe a Quércia. “Acho que a candidatura dela poderá ajudar a aproximação com essas lideranças”, reconheceu o ex-governador goiano.

Outro fator que pesou na escolha foi o fato de Iris ser atuante na Igreja Cristã Evangélica. “Hoje os evangélicos são cerca de 30 milhões no Brasil”, disse Quércia⁸.

Muito mais do que uma mera escolha de convenções políticas, os Iris (a esposa e o marido) representam um segmento que sem ter o número de adeptos desejado para “virar o jogo” em favor dos evangélicos, sem dúvida já estava fazendo um certo barulho, que em outros “tempos” não se ouvia, não porque ele não existia, mas porque se ignorava sua existência. As Assembleias de Deus⁹ não demoraram em se perceber como a maior igreja protestante (FRESTON 1993, 209) e a partir desse reconhecimento põe fim a uma postura apolítica que mantinha até então. O ano de 1985 marca esse divisor de águas, uma vez que em seu principal veículo de comunicação o Mensageiro da Paz passa a se falar de política em praticamente todos os seus

⁸ FILHO, Mário Simas. “Quércia escolhe para vice mulher de Iris”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 mai. 2014, Brasil. O destaque é nosso.

⁹ Quando falamos em Assembleias de Deus queremos deixar claro que esse movimento não apresenta uma unidade como outras igrejas como a Congregação Cristã no Brasil, Deus é Amor, ou Universal do Reino de Deus, pois dentro desse segmento podemos encontrar uma variedade de grandes e pequenos ministérios filiados a diferentes convenções, ou sendo até mesmo independentes. Essa questão já foi objeto de diversas pesquisas: ALENCAR 2010 e 2013; CORREA 2013; FAJARDO 2015; entre outros.

números¹⁰. Permanece até os dias atuais essa prática de transmitir um discurso e posicionamento políticos nos MPs. Lembremos que o ano de 1985 marca o início da Nova República, mesmo com o fracasso do movimento das “Diretas já”, temos a eleição de um presidente civil após vinte e um anos de regime ditatorial, o qual assume o principal cargo executivo do Brasil, mesmo que essa eleição tenha ocorrido de forma indireta.

O grande interesse por aproximar-se do poder político representa um primeiro indício de patrimonialismo evangélico, uma vez que a aproximação com os candidatos e presidentes do Brasil (que nunca mais deixaria de ocorrer) estava marcado pela convicção da necessidade de impor à sociedade valores e práticas particulares a esses grupos religiosos. Vale mencionarmos o MP de fevereiro de 1985, trazendo como matéria de capa dois conteúdos que ditariam a tônica deste movimento. Sua postura moral contra o casamento de pessoas do mesmo sexo e a luta contra o aborto, que passa a ser explorada e agora transpassa as paredes das instituições, ganhado o espaço público¹¹. Com uma reportagem que trazia o título “*Existe solução para o homossexualismo?*” o MP passaria a expor uma necessidade de a nova Constituição manter em seu bojo os padrões entendidos como tradicionais da família brasileira. Daí se explica a sua aproximação com o poder político, principalmente com o presidente eleito a época, Tancredo Neves. Convidado para uma reunião foi-lhe concedido, mesmo sendo um católico declarado, a condição de sócio da ADHONEP¹². Esse encontro que se realizou no dia 20 de dezembro de 1984, teve como ponto alto a entrega em mãos ao presidente (ainda não-empossado e que não chegaria a tomar posse) de três documentos que ressaltavam o que seria, segundo a reportagem, “a grave situação que o nosso país se encontrava”:

O irmão Custódio passou às mãos de Tancredo Neves três documentos que analisam a grave situação em que o nosso país se encontra, e apontam três importantes medidas a serem tomadas como solução: a) estreitar as relações do nosso país em Israel; b) retirar de nossa moeda os símbolos utilizados em culto ao afro-brasileiros; c) criar o Dia Nacional de Jejum e Oração.¹³

¹⁰ FRESTON, 1993, p. 210-211.

¹¹ Veja-se adiante a nossa discussão desse conceito.

¹² Sigla que se refere a “Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno”, que é uma Instituição brasileira, não eclesial, fundada em 1977 pelo empresário Custódio Rangel Pires, do Rio de Janeiro. Tendo como objetivos principais difundir e incentivar a observação e prática de princípios sociais, éticos, morais, a valorização da instituição familiar, bem como a difusão de princípios espirituais cristãos, fundados na bíblia sagrada. Maiores informações, acessar site: <https://adhonep.org.br/conheca-a-adhonet/>.

¹³ Mensageiro da Paz, ano LV, nº 1174, fevereiro de 1985, p. 9.

Além desses assuntos morais internos dos evangélicos desta época, a matéria segue mencionando sobre um convite feito pelo pastor Manoel Ferreira, que a época era o presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), para o seu comparecimento na 27ª AGO¹⁴, pois externava o desejo de tratar um assunto referente às remessas de dinheiro destinadas ao sustento de missionários no exterior. Essas remessas estavam prejudicadas, pois o Banco Central havia proibido naquele ano a saída de dólares do país para o exterior. A matéria ainda tem uma fala de Tancredo Neves criticando um evento que ocorreria no país (Rock in Rio) e dizendo “Esse é um país alucinado. Gastar milhões e milhões de dólares num espetáculo da maior degradação dos costumes”¹⁵. O encontro terminou com uma oração realizada pelo pastor Elizeu Menezes e o líder da ADHONEP Custódio Rangel citou ao presidente recém-eleito um versículo bíblico em Isaías cap. 40, versículo 29.

Podemos perceber claramente que as lideranças evangélicas (de missão e pentecostais) tinham aprendido o jogo do patrimonialismo brasileiro, pois daquele momento em diante nunca mais deixaram de colocar seus valores particulares como padrão ético nacional e de “lambuja” passaram a pleitear benefícios privados na “esfera pública”, seja uma isenção fiscal, um privilégio jurídico, ou mesmo um título honorífico. Assim, não é à toa que na eleição de 2018 “assistimos” uma das maiores mobilizações por parte da maioria das lideranças evangélicas brasileiras pela eleição de Bolsonaro, sejam elas históricas ou pentecostais no geral. Isso não quer dizer que eles se mantiveram isentos nas eleições passadas, pelo contrário, muito foi feito para que a Constituinte de 1988 garantisse a liberdade do culto evangélico (que supostamente estava ameaçada pela condição do catolicismo voltar a ser a única religião aceita no Brasil); já nas eleições de 1989 pleitearam pela vitória de Fernando Collor, contra a ameaça comunista de Lula (FRESTON 1993 E 2006). Esses registros históricos sobre a incursão dos evangélicos na política nos servem de preâmbulo para abordar a relação inédita entre evangélicos e a direita política nas eleições de 2018, a nosso ver, marcada por clara perspectiva patrimonialista. Antes de abordar como

¹⁴ Sigla que se refere à Assembleia Geral Ordinária, que tem como objetivo o de verificar resultados, discutir e votar relatórios e eleger o conselho fiscal da diretoria, tratar de assuntos doutrinários das ADs no Brasil, entre outras. Mais informações sobre o assunto, acessar o Estatuto da CGADB, site: <http://www.cgadb.org.br/2018a/pdfs/Estatuto2016.pdf>.

¹⁵ Mensageiro da Paz, ano LV, nº 1174, fevereiro de 1985, p. 9.

funciona a prática patrimonialista aprendida pelos evangélicos, principalmente pentecostais, convém revisar o voto evangélico nas eleições recentes, pois o sucesso eleitoral do candidato preferido parecia confirmar aos evangélicos que tinha chegado a vez deles decidir a “coisa pública”.

De um total aproximado de 105 milhões de votos válidos (descontando mais de 31 milhões de abstenções e mais de 11 milhões de nulos e brancos) no último 28 de outubro de 2018, em torno de 32 milhões foram votos de evangélicos (30,5%). No primeiro turno ficaram fora de carreira a candidata evangélica Marina Silva com pouco mais de 1 milhão de votos (1% do total) e o candidato evangélico “Cabo Daciolo” com perto de 1 milhão 350 mil votos (1.26% do total). além dos outros candidatos cuja identidade religiosa

Distribuição do eleitorado por tipo de religião, com correção dos dados do Datafolha

Religião	Votos de Bolsonaro	Votos de Haddad	Diferença
Católica	29.795.232	29.630.786	164.446
Evangélica	21.595.284	10.042.504	11.552.780
Afro-brasileiras	312.975	755.887	-442.912
Espiritas	1.721.363	1.457.783	263.580
Outra religião	709.410	345.549	363.862
Sem religião	3.286.239	4.157.381	-871.142
Ateu e agnóstico	375.570	691.097	-315.527
Total de votos	57.796.074	47.080.987	10.715.087

Fonte: Pesquisa Datafolha divulgada 25 de outubro de 2018

não foi relevante na campanha. Marina Silva que nas eleições de 2014 tinha conseguido um importante 21% de votos (ficando no terceiro lugar) sofreu a mais importante queda. Em 2018 aumentou o ativismo político dos evangélicos, mas, o voto em favor da candidata evangélica diminuiu drasticamente. Na sua campanha Marina Silva mostrou-se coerente com a laicidade do Estado e cautelosa com a agenda moral da maioria evangélica. Diferente dela, como veremos adiante, Jair Bolsonaro, que venceu no primeiro e no segundo turno, desenvolveu uma campanha com ênfases messiânicos e com forte aliança com os principais líderes evangélicos.

Cabe destacar aqui os dados gerais dos dois candidatos que passaram ao segundo turno. Fernando Haddad, candidato do PT que substituiu Lula (que fora impedido pela justiça de participar nas eleições) é professor universitário, doutor em Filosofia e Mestre em economia pela USP, ex-ministro de Educação e ex-prefeito de São Paulo, Haddad é pai de dois filhos de um

único casamento. Por seu lado, Jair Bolsonaro, ex-capitão do Exército (do mesmo que fora afastado por mal comportamento), foi deputado federal ao longo de 28 anos. Em todo seu percurso como deputado não consta nenhum projeto de lei que tenha sido proposto ou aprovado. Bolsonaro é pai de quatro filhos e uma filha e casou três vezes.

O resultado oficial das eleições mostrou que a maioria de evangélicos votou no ex-Capitão, A única informação sobre o voto segundo a religião foi divulgada três dias antes do segundo turno e resultava de pesquisa do “DATAFOLHA” aplicada durante a última semana antes do segundo turno. Posteriormente, em artigo Diniz (2018), levando em consideração o resultado oficial que dava 55,13% a Bolsonaro e 44,87% a Haddad, fez as correções que levaram ao seguinte quadro de votos por religião.

Segundo o quadro o voto católico está dividido de forma equilibrada entre os dois candidatos, 50% para cada. Diferente disso, 68,3% do voto evangélico foi para Bolsonaro. Na terceira coluna percebe-se nitidamente o volume de votos evangélicos que deram vantagem significativa a Bolsonaro com uma diferença de 11 milhões e 552 mil e 780 votos.

Desde a década dos anos 90 os evangélicos no Congresso constituíram uma Frente Evangélica. Nas eleições de 2018 essa frente formalizou seu apoio a Bolsonaro em carta que não registra preocupação nenhuma com o projeto de governo proposto. A justificativa lapidária do apoio ao candidato é muito expressiva: “Entendemos que a defesa dos valores cristãos, da vida e da família estão sobre tudo. Proteger nossas crianças de um futuro desastroso é nosso dever como legisladores e homens de bem”.¹⁶

A mesma pesquisa que serviu para elaborar o quadro anterior mostra a preferência de voto de outros setores da população que vale a pena destacar, para melhor entender a força da campanha moralizadora de Bolsonaro. Por exemplo, perto de 30% de eleitores homossexuais votaram em Bolsonaro a pesar de seu claro discurso homofóbico. Também votaram em Bolsonaro 37% de pessoas que recebem até 2 salários mínimos; 42% de mulheres votaram em Bolsonaro a pesar de seu nítido pensamento patriarcal. Também 38% das pessoas que se declaram sem religião, 53% de moradores da região norte e 37% da região nordeste.

Deve-se destacar, no entanto, que o voto evangélico não foi uniforme.

¹⁶ Retirado de <https://www.oantagonista.com/brasil/bancada-evangelica-confirma-apoio-bolsonaro/>.

Muitos evangélicos, incluindo pastores pentecostais de base, expressaram nas redes seu posicionamento contrário ao discurso a favor da tortura disseminado por Bolsonaro. A título de exemplo, um Pastor das Assembleias de Deus postou na sua página do Facebook: “O Evangelho é contrário à tortura”. O “post” foi seguido de muitos comentários elogiosos incluindo alguns que aludiam à coragem da afirmação. O quadro mostrado anteriormente constata que mais de 10 milhões de evangélicos deram seu voto a Haddad. Diversas outras articulações e cultos ecumênicos mostraram também firme oposição a Bolsonaro. Como já mencionado, a preferência evangélica por Bolsonaro chegou a 68,3%. Foi o voto contra o aborto, contra homossexual, contra o “kit gay” (que, como demonstrado posteriormente, nunca existiu), etc. Inevitavelmente, foi também o voto a favor do porte de armas, do medo à suposta erotização das crianças, do medo à “ideologia de gênero”. Para esses eleitores de Bolsonaro o amor cristão se aproximou muito da intolerância fundamentalista. A vida reduziu-se a opção sexual. A justiça tornou-se moral. A fraternidade familiar virou binarismo azul x rosa. Ao mesmo tempo, deve-se destacar que 31,7% dos evangélicos não aderiram ao discurso fascista e ultradireitista (outros 10% anularam seu voto e 4% não soube em quem votar). Trata-se de um número importante que não permite estigmatizar os evangélicos rotulando-os de fascistas ou bolsonaristas. Parte deles é o setor evangélico que se manifestou em diversas frentes eleitorais como a “Frente Evangélica pelo Estado de Direito”, “Evangélicos contra Bolsonaro”, “Evangélicos pró Haddad”, etc. O campo evangélico é mais diverso do que parece e de como aparece no resultado eleitoral. Um voto está longe de representar uma convicção, o que não exime ninguém da responsabilidade pelo voto escolhido. O voto exprime sim, uma forma religiosa conservadora de entender a sociedade e um desejo de submetê-la a uma moral particular. Com o grande crescimento pentecostal constatado desde os anos 80 do século passado os evangélicos em geral abrigam grande expectativa por “virar o jogo” e passar a ser maioria da população do país. Tal situação lhes permitiria colocar seus quadros religiosos nos principais postos do poder político. Nas eleições de 2018 parecem mostrar que enquanto a desejada maioria não chega o caminho mais curto para o empoderamento político é a aliança estratégica com o atual presidente que também mostra dificuldades para distinguir a moral religiosa da “coisa pública”.

2. Patrimonialismo evangélico: “Deus acima de todos”

Como já destacado nesse texto, importante número de líderes e fiéis das mais diversas igrejas evangélicas apoiaram com seu voto a Jair Bolsonaro. A expressão citada nesse subtítulo, “Deus acima de todos”, sintetiza uma visão patrimonialista da sociedade por parte dos evangélicos que a esse slogan aderiram. Defendemos essa hipótese e convém explicitar o sentido desse conceito a partir de Max Weber. Ao discutir um dos “tipos de dominação legítima”, a “dominação tradicional”, o autor se refere ao “patrimonialismo” como uma tendência que surge no momento em que o dominador tradicional passa a contar com um quadro administrativo a seu serviço convertendo os “companheiros” em “súditos” e a tradição que orientava a dominação passa a ser exercida “em virtude de um direito próprio” (WEBER 1984, 185). Importa destacar dois aspectos dessa mudança na dominação tradicional. De um lado, quem tem o poder distancia-se da tradição que legitimava seu carisma e que não lhe permitia agir politicamente como se os dominados fossem propriedade particular dele. O poder exercido era legítimo em razão de ajustar-se à tradição aceita pela sociedade em questão. Como em toda a sua sociologia do poder Weber considera os dominados corresponsáveis da legitimidade do poder sobre eles exercido. De outro lado, e essa é a característica maior do patrimonialismo, o dominador exerce os poderes de mando e o senhorio sobre a economia como se tudo lhe pertencera como propriedade privada. Isto é, não apenas a sua relação com os dominados, mas, a forma de fazer, de exercer o poder e administrar os bens económicos está marcado pela pretensão de que tudo e todos fazem parte de sua propriedade particular (WEBER 1984, 189). O autor, como é típico de sua sociologia, e de seu método (os “tipos ideais”), abunda em exemplos de graus diversos de gestão patrimonialista. Mas, na base de seu modelo está à incapacidade de quem exerce o poder para distinguir entre aquilo que lhe pertence como propriedade particular e, sobre o qual pode bem exercer a sua vontade, e aquilo que é público, não lhe pertence, e em consequência não pode simplesmente impor-lhe a sua vontade. Em síntese, as fronteiras entre o público e o privado, no mínimo, tornam-se difusas aos olhos do dominador patrimonialista. O desenvolvimento da modernidade capitalista levaria, precisamente segundo Weber, a destacar diferença clara entre o público e o privado, ficando o patrimonialismo como um modelo de gestão superado. Confundir ou sobrepor o público com o privado, ou pior ainda priorizar o privado ou particular ao público levaria sempre a complicações políticas e económicas. Ao ter o estado moderno o monopólio do uso legítimo da violência à diferenciação entre o público e o privado ficava estabelecida, assim como a

diferença entre o espaço do lar e da oficina (Weber 1984, 226). Nas últimas décadas do século XX a mesma questão foi retomada por Habermas propondo o conceito de “esfera pública” na esteira de um otimismo sobre as possibilidades da democracia onde o “agir comunicacional” garantiria espaço para todos os sujeitos “portadores de opinião pública” (HABERMAS 1987). A proposta sofreu diversas críticas, contra críticas e novas críticas que já tem sido objeto de ricos estudos (CASANOVA 1994; MONTERO 2016; GIUMBELLI 2028; BURITI 2015; LOSEKANN 2009). Interessa não entanto destacar um elemento recente do século XXI, e que diz respeito ao “embaralhamento” entre o público e o privado, entre outras razões, por causa do impacto dos meios de comunicação contemporâneos (CASTRELO 2018)¹⁷. O “espaço midiático” não pode mais ser deixado de fora quando se pensa o “espaço público” como espaço de diálogo, de debate e de posicionamento com ampla participação de indivíduos das mais diversas camadas da sociedade. E de fato, as mais importantes igrejas no Brasil marcam presença (a través de seus líderes, seguidores ou de forma corporativa) em diversos campos do espaço público: manifestações nas ruas, transmissões nos meios de comunicação massiva, comícios eleitorais, conquistando postos importantes no legislativo e no executivo, de modo que a contraparte do público, o “espaço privado”, suposto lugar da religião, ficou conceitualmente insuficiente. As religiões saíram dos templos para fazer cultos na tv, na internet, nas ruas, nos auditórios do legislativo, nas câmeras de vereadores, etc. Isto é, saíram dos templos e foram para o espaço público fazer política, mas, com princípios religiosos patrimonialistas de uso comum dentro dos templos. Retomaremos adiante essa questão.

Diversos autores brasileiros têm ensaiado interpretações da sociedade brasileira contemporânea aproveitando o conceito de “patrimonialismo”. Segundo Sorj o “patrimonialismo está presente, em maior ou menor grau, em todas as sociedades onde a distribuição da riqueza e o poder é desigual” (2006, 13). Assim, no capitalismo podemos encontrar práticas patrimonialistas em praticamente todas as sociedades em menor ou maior intensidade, uma vez que patrimonialismo designa a forma de utilização de interesses pessoais, e desprovido de ética ou moral em sua prática (apesar de que em seu discurso a ética e moral é extremamente utilizada), por meio de mecanismos públicos. O

¹⁷ O título do trabalho de CASTRELO é muito sugestivo a propósito da questão: “La esfera pública habermasiana. Su obsolescencia en tiempos de nuevas plataformas digitales” (2018)

termo foi, e, é muito explorado nas ciências sociais e humanas na tentativa de explicar as formas de corrupção que estão imbricadas desde o surgimento do Brasil, ainda como colônia de Portugal, alguns autores chegando até a explicar a condição de atraso social e econômico da sociedade brasileira. Autores como Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936), Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder* (1958), entre outros, procuraram explicar essa prática como fator impeditivo do desenvolvimento do Brasil. (Idem)

Segundo a reflexão de Faoro o patrimonialismo está vinculado a uma forma de agir econômica; é uma forma de se obter um determinado ganho, em relação a um contingente que deve se submeter ao poder dessa pessoa, grupo ou instituição:

O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia. Daí se arma o capitalismo político, ou capitalismo politicamente orientado, não calculável nas suas operações, em terminologia adotada no curso deste trabalho. A compatibilidade do moderno capitalismo com esse quadro tradicional, equivocadamente identificado ao pré-capitalismo, é uma das chaves da compreensão do fenômeno histórico português-brasileiro, ao longo de muitos séculos de assédio do núcleo ativo e expansivo da economia mundial, centrado em mercados condutores, numa pressão de fora para dentro. (FAORO 2001, 870S)

Para esse autor o patrimonialismo encontrou na sociedade que se formou no Brasil um terreno fértil, não apenas para sobreviver, mas também para se replicar em diferentes direções, ou melhor, ainda, para diferentes grupos que passariam a disputar parte das benesses que esta prática sociopolítica pode fornecer a quem dele se dispuser.

Acompanhando a análise de Jessé Souza, o patrimonialismo é um processo racional de apropriação de um bem social, econômico e político público como se fosse privado, por parte de uma pessoa, grupo, ou instituição que teme perder seus privilégios (ou que busca adquirir esses mesmos privilégios, ou mais outros se possível) frente a qualquer forma de concorrência do que é entendido como próprio e legítimo de quem o detém.

A noção de patrimonialismo permite, nessa dimensão pública e política, não só expulsar o mal num “outro” abstrato e distante, o “estamento” ou quem quer que esteja supostamente no controle do Estado, mas nos colocar imediatamente no polo supostamente “bom”, o da sociedade, vista como

“vítima”, porque sofre indefesa a ação parasitária de uma “elite abstrata” todo-poderosa. (SOUZA, 2009, 62)

O autor ainda argumenta que

A tese do patrimonialismo pressupõe, portanto, tanto que se esconda e se esqueça a “sociedade”, e com ela os conflitos sociais como arena da disputa por recursos escassos, como também se simplifique mercado e Estado, onde um é o mocinho e o outro é o vilão. (SOUZA, 2009, 86)

Por esse motivo a prática do patrimonialismo brasileiro é muito mais que uma mera condição cultural pré-estabelecida. Não pode ser algo inerente e inviolável de nossa condição de colonizados. Pois se assim o fora, ela não só seria legítima, mas se mostraria inútil denunciá-la, ou mesmo criticá-la como uma prática corrupta e imoral, uma vez que ela viola os direitos mais básicos daqueles grupos que se encontram em posições mais fragilizadas da sociedade.

Alguns estudiosos do pentecostalismo, em especial do assembleiano, indicaram em seus estudos que este movimento em sua gênese teve um tipo de *ethos* sueco-nordestino (FRESTON, 1994; ALENCAR, 2010), baseado no personalismo, patriarcalismo e no mandonismo de seus líderes, primeiro dos suecos e depois dos nordestinos que ocuparam a maioria dos principais postos de comando desse movimento religioso. Característico de uma forma de sociabilizada baseada no personalismo, clientelismo, coronelismo de uma região onde a figura dos “donos do poder” se realiza não apenas pela objetivação da força, mas pela construção de uma subjetividade que aceita essa condição, como sendo ela única e verdadeira forma de existir. No entanto, a visão patrimonialista de líderes pentecostais, ocorre não apenas nos templos e igrejas que dirigem, mas, também na sociedade em que passaram a ganhar cargos e funções públicas, no Legislativo e Executivo, estende-se para além de sua região de origem e não se explicando, apenas pelo “ethos” de origem. A aliança estratégica absolutamente racional, no sentido weberiano (calculada) com o poder político e o inevitável “embaralhamento” das fronteiras entre o público e o privado, configuram um fenômeno mais complexo. Tudo indica um recuo a práticas patrimonialistas justificadas religiosamente.

3. “O idioma do evangelho”: moralismo pentecostal

Os vínculos entre política e religião tem se intensificado no que vá do

século XXI, nos mais diversos países da América Latina. Partidos políticos e igrejas evangélicas fazem articulações e alianças estratégicas. A iniciativa com frequência é também das igrejas. Essa iniciativa deixou para trás a clássica distinção do público como espaço do agir vinculado à política de Estado e o privado como espaço da experiência religiosa. O protagonismo evangélico recente em política se verifica em países como Costa Rica, Colômbia, Peru, Uruguai e Brasil. Nas eleições nacionais de 2018 na Costa Rica o líder e cantor evangélico Fabricio Alvarado chegou a disputar o segundo turno como candidato a Presidente desse país graças a importante mobilização da consciência evangélica conservadora (ZÚÑIGA 2018). Em outubro de 2016 o resultado negativo do plebiscito, que selaria os acordos de paz com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia), teve no voto opositor dos evangélicos um fator de grande importância, pois a direita política e religiosa conseguiu mobilizar as consciências dos fiéis com o argumento assustador de que os acordos com as FARC implicavam graves riscos ao modelo de família cristã tradicional.¹⁸ Nas eleições nacionais de 2016 no Peru, a candidata Keiko Fujimori conseguiu passar ao segundo turno com o apoio de importantes setores de igrejas evangélicas conservadoras (em temas de direito de minorias) articuladas em torno do movimento “Con Mis Hijos no e Metas” (BARRERA, 2017). No Uruguai contemporâneo, “a ingerência religiosa em assuntos públicos” é constatada na pesquisa de da Silva (2018, 54). Esses exemplos são suficientes para dizer que Brasil não é um caso isolado de incursão religiosa na esfera pública, visando objetivos de gerir o espaço público como se fosse o espaço religioso.

Em 2010 (ano do último censo) havia no Brasil mais de 42 milhões de evangélicos (de missão e pentecostais, seguindo a nomenclatura do Censo). Tanto no primeiro como no segundo turno líderes pentecostais das maiores igrejas declararam seu apoio a Bolsonaro e conclamaram seus fiéis a votar nesse candidato. Dois casos destacadas (mas não os únicos) são os seguintes. O Pastor José Wellington, Presidente Emérito da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB), declarou seu apoio incondicional a Bolsonaro com as seguintes palavras: “De todos os candidatos o único que fala o idioma do Evangelho é Bolsonaro. Não podemos deixar que a esquerda

¹⁸ Veja-se a esse respeito “Colômbia. O papel das igrejas evangélicas na vitória do Não no plebiscito”, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/560979-colombia-o-papel-das-igrejas-evangelicas-na-vitoria-do-nao-no-plebiscito>. Acesso em 30/06/2019

volte ao poder”¹⁹.

A declaração não é apenas religiosa nem se justifica apenas em questões religiosas. É uma justaposição de pressupostos políticos e religiosos. Afirma, no mínimo, uma sintonia do candidato Bolsonaro com “o idioma do Evangelho” ao mesmo tempo em que expressa sua firme posição contra a volta da esquerda ao poder. Deixa clara, assim, seu alinhamento contra a esquerda com o argumento de que ela nãoalaria “o idioma do Evangelho”.

O outro caso é do líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Segundo o censo de 2010 a IURD tinha menos de 2 milhões de seguidores (e perdendo seguidores se comparado com o censo de 2000), mas, trata-se da igreja com maior poder midiático e dona do segundo canal de TV mais influente no país (a TV Record). Diferente do apoio das ADs cuja motivação primeira seria moralista e conservadora, embora evidentemente racional, pois, interessada em cotas de poder político junto ao Executivo, o apoio da IURD é de caráter político e econômico. É necessário lembrar que a IURD apoiou as três últimas campanhas do PT. Também que a Record é a principal concorrente da Rede Globo de TV. Nessa campanha o discurso radical conservador de Bolsonaro gerou atritos com a Rede Globo, o que foi bem aproveitado pela Record interessada em minar as fortes relações que a Globo sempre manteve com o poder político, inclusive em época da ditadura militar.

Diversos outros fatos e atos entre evangélicos e Bolsonaro ajudam a reforçar a hipótese do interesse religioso em encurtar o caminho do controle ou influência direta no poder político, visando reforçar sua capacidade de impor na sociedade princípios ou valores que apenas caberiam no espaço propriamente religioso. Prática patrimonialista no sentido de gerir o público como se fosse espaço próprio das igrejas.

A pesar de se declarar católico Bolsonaro manteve estreitos vínculos com os mais importantes líderes evangélicos, como se constata nos fatos narrados a seguir. A cerimônia de seu terceiro casamento (março de 2013) foi oficiada por Silas Malafaia, um dos mais influentes pastores pentecostais do Brasil. No ano de 2016 Bolsonaro foi batizado no Rio Jordão (no Israel) pelo Pastor Everaldo da Igreja Assembleias de Deus do Ministério de Madureira.²⁰ Entre Bolsonaro e o campo evangélico há um forte vínculo sustentado por uma agenda moral comum contra os direitos de minorias, contra a igualdade

¹⁹ <https://noticias.gospelprime.com.br/lder-assembleia-de-deus-voto-bolsonaro/>

²⁰ <http://www.evangelhosem censura.com.br/2016/05/o-batismo-de-jair-bolsonaro-conversao.html>

de gênero, contra o aborto, entre outros. É plausível a hipótese de que o apoio a Bolsonaro por parte dos evangélicos esteja relacionado com o fracasso deles nas tentativas de chegar ao poder político com candidatos próprios. Nas eleições gerais de 2014 o Pr. Everaldo foi candidato a Presidente e a porcentagem de votos que obteve foi perto do 1% apenas, sendo derrotado já no primeiro turno. Em março de 2018, Bolsonaro anunciava a sua pré-candidatura à Presidência como uma “missão de Deus”. A cerimônia de anúncio da pré-candidatura começou com uma oração feita pelo Senador e Pastor pentecostal Magno Malta. No início da campanha eleitoral, no mês de agosto, Bolsonaro também recebeu uma oração especial no culto da Igreja Batista “Atitude” de Rio de Janeiro²¹. A oração incluía referências a Bolsonaro como homem honesto, ético, que respeita à família e que é contra o aborto. Na ocasião o candidato foi convidado a falar no púlpito. Na sua fala ele destacou, entre outras coisas, a necessidade de fazer respeitar as crianças nas escolas e de “varrer o comunismo do Brasil”. Afirmou também que “uma nova história começaria” com ele na presidência. Em diversos outros cenários e momentos da campanha Bolsonaro se apresentou e foi apresentado como um “desígnio de Deus”. As leituras messiânicas de sua candidatura corriam paralelas a seus discursos violentos e intolerantes. É sintomática a cerimônia ocorrida nos minutos seguintes à confirmação da vitória eleitoral de Bolsonaro. Houve uma oração de agradecimento a Deus feita pelo Pr Magno Malta na qual afirmou que só através de Bolsonaro Deus poderia livrar o Brasil dos “tentáculos do comunismo”. Na sequência, o próprio Bolsonaro afirmou que a sua eleição era, sem dúvida, um “desígnio de Deus”.

Dá para imaginar as complicações na laicidade do Estado decorrentes desse forte influxo religioso, com evidentes matizes messiânicos, do novo Presidente. É importante lembrar, no entanto, que o Pr Magno Malta, que fez oração do lado do vitorioso Bolsonaro, era um derrotado político nas mesmas eleições para o Senado Federal. No início de sua campanha Bolsonaro afirmava que seu favorito como candidato a Vice-presidente era Magno Malta, mas, o mesmo Malta preferiu tentar continuar sua carreira como Senador. Porém, não conseguiu ser reeleito como Senador pelo estado de Espírito Santo e, mais ainda, foi derrotado pelo único candidato gay, Fabiano Contarato, que obteve perto do dobro de votos que Malta. Ao comentar a sua eleição Contarato afirmou

²¹ <https://pleno.news/brasil/eleicoes-2018/pastor-que-orou-por-bolsonaro-relata-o-que-aconteceu.html>

que sua vitória representava o triunfo do amor sobre o ódio.²²

Esses dados ajudam a explicar a necessidade que os grupos evangélicos/pentecostais têm de uma espécie de “Ungido”, um homem designado pelo próprio Deus. E não se trata apenas de garantir aquilo que é particular a esse movimento, como suas pautas éticas-morais, que enfrentam, o que segundo eles, seria a manutenção de uma sociedade baseada em preceitos bíblicos e não na legitimidade de um Estado de Direito, que garanta a proteção de todos. Mas também a consolidação de privilégios jurídicos, políticos e econômicos frente ao resto da sociedade. A tentativa de imposição de uma moral própria, evangélica, ao resto da sociedade, é o ranço patrimonialista que inspira o irrestrito apoio a Bolsonaro. Mas, são evidentes também os interesses racionais de todos os tipos. Aqui mencionamos desde isenções e renúncias fiscais até passaportes diplomáticos para alguns desses líderes, que passariam a ter trânsito livre pelas fronteiras dos diversos países por eles frequentados. Isso garantiria aos líderes desses movimentos, por exemplo, não sofrerem o constrangimento, como foi o caso do casal Hernandez da Igreja Renascer em Cristo, que foram julgados e presos nos Estados Unidos, por entrar naquele país com a soma de US\$ 56 mil em dinheiro vivo não declarado às autoridades alfandegárias²³.

Considerações finais

Durante os primeiros meses de governo de Bolsonaro os evangélicos tem se mostrado sumamente tolerantes com Bolsonaro. A biografia de Bolsonaro não se ajusta às rígidas normas da moral pentecostal. Quanto a ecumenismo com católicos, por exemplo, os evangélicos/pentecostais tem na prática do ecumenismo uma repulsa, pois para eles isso seria uma “armadilha do diabo”(ALENCAR 2018). Também, pelo presidente já estar em seu terceiro casamento (este último com sua ex-assessora de gabinete bem mais nova do que ele), pois não muito tempo atrás, o divórcio era considerado como uma prática questionadíssima que feria a família tradicional brasileira. Outro aspecto renhido com a conduta pentecostal é a postura violenta contra aqueles considerados contrários aos padrões do presidente (“esquerdistas”, LGBTs, entre outros), some-se a isso ele ser a favor da pena de morte e de sua campanha pelo armamento dos chamados “cidadão de bem”. Trata-se de

²² <https://www.cartacapital.com.br/politica/conheca-fabiano-contrato-senador-gay-que-desbancou-magno-malta>

²³ <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1413589-5598,00-POLICIA+DOS+EUA+PRESENTE+BISPOS+DA+RENASCER+EM+MIAMI.html>.

todo um conjunto de contravenções à moral pentecostal que é passado por água morna, graças a uma visão comum patrimonialista das questões públicas.

Tendo como símbolo principal o ato de fazer o sinal de armas com as mãos, ele causou constrangimento na 27ª Marcha para Jesus 2019. Uma vez que, em um evento que traz como tema central o amor, o respeito e a vida, teve como destaque o presidente da República (que pela primeira vez na história desse evento, o principal chefe do executivo brasileiro ali compareceu) fazendo o gesto das armas com as mãos. E não somente isso, mas reafirmando a necessidade da liberação das armas aos cidadãos do país, como meta principal de seu governo.

O que explica essa condescendência e tolerância a alguém que fere os princípios defendidos em sua maioria pela tradição evangélica? Os resultados de ganho particular do mesmo frente à sociedade e o entendimento que ele não é mais um movimento marginal, mas agora em condições de ter parte ativa nas decisões políticas, mesmo sem ser maioria da sociedade. A frase utilizada pela Bispa Sônia Hernandez, da Igreja Renascer em Cristo, na Marcha para Jesus 2019, expressa bem o sentimento dos evangélicos junto ao poder político:

“Presidente Jair Messias Bolsonaro do Brasil, em nome de todas as famílias, em nome de todas as mulheres eu quero louvar a Deus pela sua vida. Eu quero louvar a Deus porque pela primeira vez na presidência do Brasil se ouviu o nome de Deus acima de todos.”²⁴

O amplo setor evangélico que deu seu voto e fez campanha pelo candidato Bolsonaro colocou acima de tudo as possibilidades reais de poder, pela primeira vez, impor ao resto da sociedade uma agenda moral própria. Agiu, nessa perspectiva, recuando para uma visão patrimonialista da sociedade. Evidentemente, os desejos de ter parte decisiva na gestão da “coisa pública” a partir de seus próprios princípios religiosos em matéria de moral e costumes, terão implicações importantes. Especialmente relacionadas aos direitos de igualdade cidadã próprios das democracias republicanas. Os embates entre o poder político que (a despeito da laicidade do Estado) argumenta para justificar decisões políticas sua confissão religiosa cristã, e a sociedade civil

²⁴ Retirado de <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2019/06/o-que-querem-os-evangelicos-ouca-reporter-que-foi-a-marcha-para-jesus.shtml>. A citação foi retirada do programa da Folha de SP “Café da Manhã”, que é um programa de áudio publicado no Spotify.

que foi aprendendo as vantagens da diversidade, do pluralismo e da tolerância, consolidada em uma tradição democrática desde o fim da ditadura militar, serão, sem dúvida, parte do cotidiano dos próximos quatro anos.

Referências

ALENCAR, Gedeon. **Assembleias de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)** São Paulo: Arte Editorial, 2010.

_____, **Ecumenismos & Pentecostalismos: A relação entre o pescoço e a guilhotina?** São Paulo: Recriar, 2018.

BAPTISTA, Saulo de Tarso C. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença das Assembleias de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)**, (Tese de Doutorado em Ciências da Religião), São Bernardo do Campo, UMESP, 2007.

BARRERA RIVERA Paulo “Don’t you mess with my children”. Conservative Interreligious Cooperation in Peru in the XXI Century” In: **International Journal of Latin American Religious**, n.1 2017

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**, 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.

BURITI Joanildo “Minoritização, glocalização e política: para uma pequena teoria da translocalização religiosa” In: **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 30 n. 2, 2015.

CASTRELO Víctor “La Esfera pública habermasiana. Su obsolescencia em tempos de nuevas plataformas digitales” In: **Inmediaciones de la comunicación**”, v. 13, n. 1, 2018.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica**. Viçosa: Ultimato, 2002.

CORREA, Marina A. **Assembleia de Deus: ministérios, carisma e exercício de poder**. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

COSTA Waldney Rodrigues. **Curtindo a presença de Deus: religião, lazer e consumo entre crentes e canções**, Tese de doutorado. Ciências da Religião, UFJF, 2019.

FAJARDO, Maxwell Pinheiro. **“Onde a luta se travar”**: a expansão das Assembleias de Deus no Brasil urbano (1946-1980), (Tese de Doutorado em História) Assis-SP: UNESP, 2015.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2, ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do desenvolvimento da Educação, 1995.

FRESTON, Paul. **Protestante e Políticas no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**, (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), Campinas-SP: UNICAMP, 1993.

_____, **Religião e Política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política**, Viçosa – MG: Ultimato, 2006.

GIUMBELLI Emerson “Public spaces and religion: an idea to debate, a monument to analyze” In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, Ano 24, n. 52, 2018

HABERMAS Jürgen. **Théorie de l’agir communicationnel I**, Paris Fayard, 1987

LOSEKANN Cristiana “A esfera pública habermasiana, seus principais crítico e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro” In: **Pensamento plural**. Pelotas, n.4, 2009

MONTERO Paula “Religiões públicas” ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica do conceito de campo religiosos de Pierre Bourdieu” In: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 36(1), 2016

NETO Aline Crespo. **Identidade interorganizacional no cluster comercial de produtos evangélicos da cidade de São Paulo**, Tese de doutorado em Administração, São Caetano do Sul, USCS, 2019.

SILVA, Luis Teixeira da, “Laicidade do Estado no Uruguai: considerações a partir do debate parlamentar sobre o aborto (1985 – 2016)” In: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 32 (2), 2018

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

WEBER, Max. **Economía y Sociedad**. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.

ZÚÑIGA R, César, “Costa Rica: el poder evangélico en una democracia estable” In. PÉREZ y GRUNDBERGER (Eds), **Evangélicos y poder en América Latina**, Lima, Fundação Adenauer / IESC, 2018.

Submetido em: 25-7-2019

Aceito em: 20-8-2019